

**225ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA**

RESUMO EXECUTIVO

DATA:

LOCAL: Brasília/DF

CONSELHEIROS TITULARES PRESENTES:

GOVERNAMENTAIS

Adriano de Britos

Alessandra Mara França

Alex Canuto de Sá Cunha

Andrea Carvalho Alfama

Andrea Franzini

Anirlenio Donizet de Moraes

Bernardo Bofil Vasconcelos Pereira

Carlos Nicodemos Oliveira Silva

Clélia Brandão Alvarenga Craveiro

Cristiane Caldeira De Araujo Mascarenhas

Cristina de Fátima Guimarães

Danyel Iorio de Lima

Davi Ulisses Brasil Simões Pires

David Marcial Ortolan

Diego Vale de Medeiros

Djalma Costa

Edmundo Ribeiro Kroger

Elisangela Landim Santos

Érika Tonelli de Araújo

Erivã Garcia Velasco

Esther Maria de Magalhães Arantes

Fabio Feitosa da Silva

Fabio Jose Garcia Paes

Fabio Meirelles Hardman de Castro

Fabiula Costa Oliveira
Fernanda Campana
Floraci Pereira dos Santos
Francisco Antonio de Souza Brito
Francisco Rodrigues Correa
Glícia Thais Salmeron de Miranda
Heloiza Helena Silva De Oliveira
Jordelino Serafim dos Reis
Juliana de Moura Gomes
Karina Andrade Ladeira
Késia Mirian Santos de Araújo
Luiz Henrique Ramos Lopes
Magaly de Carvalho Correia Marques
Marcia Canário de Oliveira
Marco Antônio da Silva Souza
Maria de Lourdes Magalhães
Maria Izabel da Silva
Mariana Barbosa Cirne
Marina Leite da Silveira
Maristela Cizeski
Miriam Maria José dos Santos
Natalia da Silva Pessoa
Pedro Affonso Duarte Hartung
Rachel Niskier Sanchez
Raimunda Núbia Lopes da Silva
Renato Eliseu
Roseli Aparecida Duarte
Rosilea Roldi Wille
Sérgio Eduardo Marques da Rocha
Tania Mara Dornellas dos Santos
Thereza de Lamare Franco Netto
Thiago Pereira da Silva Flores

NÃO-GOVERNAMENTAIS

CONSELHEIROS SUPLENTE PRESENTES:

GOVERNAMENTAIS

NÃO-GOVERNAMENTAIS

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:

DEMAIS PARTICIPANTES:

PAUTA APRESENTADA:

12/02

- 09h00 às 13h00 - Reunião das Comissões Temáticas
- 13h00 às 14h00 – Almoço
- 14h00 às 17h00 – Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente
 - . execução orçamentária 2013
 - . orçamento 2014
 - . edital 2014
- 17h00 às 18h00 – Informes da Mesa Diretora
- 18h30 – Encerramento

13/02

- 9h00 às 11h00 - Relato das Comissões e dos GTs
- 11h00 às 13h00 - Eleição Presidência
 - . Composição das Comissões
 - . Composição GTs: Reforma Política e Política e Plano Decenal
 - . Composição da Comissão Organizadora da 10ª Conferencia Nacional DCA
- 14h30 às 18h00 – Sinase:
 - . Escola Nacional de Socioeducação
 - . Parâmetros de Segurança
 - . Encontros Estaduais
 - . Adequação das Unidades (projetos conveniados)
 - . Apresentação e discussão dos Relatórios das Agendas de Monitoramento nos Estados: SC, RJ, RN, AP e PE
- 18h00 - Encerramento

PAUTA APROVADA:

12/02

- 09h00 às 12h30 - Reunião das Comissões Temáticas
- 12h30 às 14h00 – reunião da sociedade civil com a Secretária Angélica / reunião dos conselheiros governamentais
- 13h30 às 15h00 – Almoço
- 15h00 às 15h50 - Eleição da Presidência e Composição das Comissões
- 16h às 17h30 – Secretária Patricia Barcelos (Acórdão TCU e Conferência Nacional de Direitos Humanos)
- 17h30 às 18h00 – Informes da Mesa Diretora
- 18h30 – Encerramento

13/02

9h00 às 11h00 - Relato das Comissões e dos GTs

14h30 às 18h00 – Sinase:

- . Escola Nacional de Socioeducação
- . Parâmetros de Segurança
- . Encontros Estaduais
- . Adequação das Unidades (projetos conveniados)
- . Apresentação e discussão dos Relatórios das Agendas de Monitoramento nos Estados: SC, RJ, RN, AP e PE

18h00 - Encerramento

ABERTURA DOS TRABALHOS

ITEM 1: ABERTURA DA ASSEMBLEIA E APROVAÇÃO DA PAUTA

Principais pontos abordados: foi aprovada a inversão do ponto de pauta referente à eleição Presidência do Conanda - de 13/02 para 12/02.

ITEM 2: INFORMES

Principais pontos abordados: Apresentação do Plano Decenal do Município de Rui Barbosa; Apresentação dos materiais produzidos pelo Ministério da Educação; Apresentação dos novos conselheiros (Fundação Abrinq e MTE)

Deliberação/Encaminhamentos:

- Buscar exemplares no MEC para entregar aos conselheiros na próxima assembleia.

ITEM 3: ELEIÇÃO DA PRESIDÊNCIA E COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES

Principais pontos abordados: Marco Antônio, representante do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA) apresenta a nova composição da coordenação colegiada do Fórum: CNTE, Plan, Visão Mundial e Aldeias SOS. Em seguida, informa que em reunião realizada na noite anterior, o FNDCA indica a senhora Miriam Maria José dos Santos, representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos para presidência do Conanda no ano de 2014. Ademais, indicam Fabio Feitosa da Silva como coordenador da Comissão de Orçamento e Finanças (COF) e Diego Vale de Medeiros como coordenador da Comissão de Direitos Humanos e Ação parlamentar (CDH/AP). Acrescenta que não houve definição quanto aos relatores da Comissão de Políticas Públicas (CPP) e da Comissão de Mobilização e Formação (CMF) e não houve alteração na composição das comissões. Dando sequência à composição da presidência, Maria de Lourdes Magalhães, conselheira representante do Ministério da Saúde apresenta Maria Izabel da Silva Bel como vice-presidente. A palavra é passada a Bel que apresenta a composição governamental das comissões permanentes:

CPP: terá a coordenação pelo Ministério da Saúde - Maria de Lourdes

CMF: terá a coordenação pelo Ministério da Cultura - Anirlenio Donizet de Moraes

CDH/AP: será composta por conselheiros representantes do Ministério da Justiça, do Ministério das Relações Exteriores e pela Casa Civil. Não houve definição quanto a qual pasta assumirá a relatoria

COF: será composta por conselheiros representantes do Ministério do Esporte, da Secretaria de Direitos Humanos e Ministério da Fazenda. A relatoria ficará sob responsabilidade da SDH.

ITEM 4: INFORMES SOBRE PAUTA LEGISLATIVA

Principais pontos abordados: O senhor Helio Veneroso informa ao pleno do Conanda que a votação da PEC 33/1990, que visa reduzir a idade penal de 18 anos para 16 anos, consta na pauta da Câmara dos Deputados no dia 19/02 e solicita que seja feita uma incidência política por parte do Conanda, da SDH e da Casa Civil. Em seguida os conselheiros se manifestaram em relação ao tema, apontado como ação estratégica e prioritária a veiculação de uma campanha. A vice-presidente sugere incidência direta com ida ao Congresso, para tanto há necessidade de organização e marcação de agenda para visita a todos os partidos e lideranças.

ITEM 5: PARTICIPAÇÃO DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DA SDH, PATRICIA BARCELOS - ACÓRDÃO TCU E CONFERÊNCIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Principais pontos abordados: Em relação ao Acórdão 8102010, que determinar à SDH que abstenha-se de celebrar convênios com entidades vinculadas a membros de conselhos institucionais da SDH, em atenção aos princípios da moralidade e da impessoalidade, insculpidos no art. 37 da Constituição Federal - a Secretária Patrícia apresenta um histórico do processo, informando que a Secretaria Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente e a Secretaria Executiva da Secretaria de Direitos Humanos fizeram diversas iniciativas de sensibilização do Tribunal de Contas da União (TCU) que culminou numa reunião com Ministra Ana Arrais. Da reunião acordou-se que seria realizada uma auditoria operacional para compreender os impactos do referido Acórdão. Da auditoria comprovou-se que SDH cumpriu com as recomendações do Acórdão. No momento a SDH está no aguardo da decisão formal do TCU, mas há indicação que o parecer restringirá o alcance da vedação - as entidades que compõem determinado Conselho somente ficarão impedidas de concorrer a editais públicos cujas propostas serão financiadas com recursos do Fundo que o respectivo conselho é gestor. Para os demais editais (SDH ou outro conselho) não haverá impedimento.

Já em relação à Conferência Nacional de Direitos Humanos - há SDH propõe a realização conjunta e simultaneamente das conferências temáticas (Criança e Adolescente; Pessoa com Deficiência; Pessoa Idosa e LGBT), culminando na realização da Conferência Nacional de Direitos Humanos.

Do debate, apontou-se a necessidade de fazer cruzamento entre os CPFs dos conselheiros dos 4 conselhos, pois por um lado se houver muita coincidência, a proposta torna-se inviável; por outro lado, poderá implicar a participação de novos representantes.

Não houve definição do Conanda quanto à concordância com a proposta.

A Secretária Patrícia informou que pretende instituir um grupo de trabalho composto por representantes dos 4 Conselhos Nacionais para aprofundar a discussão.

Outro ponto abordado foi a definição de estratégias para o enfrentamento às iniciativas que visam à redução da Idade Penal. Concluiu-se que há urgência em fazer incidência junto à base aliada do governo, aos demais ministérios, à Secretaria de Relações Institucionais e à Casa Civil.

ITEM 6: INFORMES DA MESA DIRETORA

Principais pontos abordados:

a) Reunião do FNDCA: Sociedade civil apresenta proposta de alteração do horário de reunião dos Grupos de Trabalho da Reforma Política e da Política Nacional para que sejam realizados concomitantemente no período matutino e que o período vespertino pudesse ser destinado à realização da reunião do FNDCA.

Bel apresenta dificuldade em acatar tal proposta, uma vez que há conselheiros que participam dos 2 GTs, principalmente os governamentais.

Miriam reforça demanda e pede aos conselheiros governamentais que dialoguem sobre essa proposta.

Encaminhamento: para a próxima assembleia mantem-se como está e compromete-se a finalizar as atividades até às 16h30 e também de verificar a possibilidade de emitir passagens dos conselheiros que não participam de nenhum GT, para a tarde do dia anterior ao GT.

b) Situação de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Coari: Relato dos informes repassados pelo PPCAAM e pela CGEVSCA à mesa diretora e dos encaminhamentos e providências já adotados.

c) 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente: está havendo muita dificuldade em reunir a Comissão Organizadora. Foi feita proposta para realizar a próxima reunião em 06/03, focando na definição do tema, no cronograma e no documento base. Necessidade de haver definição dos representantes da Comissão com a máxima urgência.

Com base em algumas ligações e demandas apresentadas por municípios propõe-se a realização da etapa municipal de maio/14 a abril/15; estaduais de maio a junho/15; regionais até setembro/15; nacional, na primeira quinzena de dezembro/15.

Abordar os assuntos referentes à Conferência na reunião com conselhos estaduais, a ser realizada na tarde do dia 10/04; na manhã do dia 10/04 deverá ser realizada uma oficina de comunicação com os Cedcas e no dia 11/04 realizar reunião com Fonacriad, Cedcas, Gestores da Saúde, Educação e Assistência sobre o SINASE.

d) Classificação Indicativa de Reality Shows – demanda do MP/SP: Incluir, na minuta de recomendação, controle sobre o conteúdo disponibilizado na internet. Solicitar ao Ministério da Justiça maior veiculação da campanha da classificação indicativa. Já em relação aos programas policiaiscos: agendar reunião com Ministério das Comunicações ANDI, ANCED e classificação indicativa/MJ.

ITEM 7: RELATORIA DAS COMISSÕES

a) Comissão de Orçamento e Finanças (COF):

Proposta inicial era aprovação do edital de chamada pública 2014 nessa plenária, entretanto, duas questões atrasaram a elaboração da minuta: 1) nota técnica da Ciset; 2) SDH propõe alteração na forma de apresentação dos anexos. A aprovação do edital está condicionada à análise previa, por parte da COF, dos documentos elaborados pela SDH.

SNPDCA elaborou uma proposta de plano de aplicação para o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA) 2014. Para aprovação do plano de aplicação é necessária uma apresentação das diretrizes e prioridades de cada temática. Plenário solicitou que cada área da SNPDCA prepare um relatório sobre as ações e propostas, os quais devem ser encaminhados para todos os conselheiros.

Do montante total disponível, deverá ser reservado um montante para a elaboração de campanha e apoio aos estados na elaboração dos respectivos planos decenais. Já o recurso alocado na PUP deverá ser destinado à campanha carnaval e copa. Votação depende de quórum qualificado.

O coordenador da COF, Fabio Feitosa, esclarece que ano passado o plenário deliberou sobre as linhas de financiamento e não sobre valores. Para 2014 pretende-se que a aprovação das linhas de financiamento seja precedida das apresentações das áreas da SNPDCA.

Na proposta de plano de aplicação apresentada pela SNPDCA já há destinação de 100% do orçamento. Devido às prioridades do Conanda para 2014 (campanha e planos decenais), COF entende ser necessária uma análise mais apurada da proposta, de forma a compor a proposta final da melhor forma possível.

Em relação ao apoio aos estados para elaboração dos respectivos planos decenais, Bel apresenta a possibilidade de contratar consultores via PRODOC (um por Estado; no limite, um por região – dividindo Nordeste em dois).

Fabio Paes salienta a importância de fortalecimento do apoio técnico para qualificação do trabalho da COF (escopo e fortalecimento de processos).

Djalma aponta três questões que demandam atenção: i) alterações decorrentes da nota técnica da Ciset (endurecimento na fase de habilitação documental); ii) fundo a fundo; iii) diminuição no orçamento do FNCA x estratégias para fortalecimento do FNCA.

Adriano reforça necessidade de o Conselho atuar no fortalecimento do FNCA, por meio da realização de campanha, de estudo de formas de captação de recursos, de aprimorar a relação com grandes empresas e possíveis doadores.

Daniel Lório pondera que a campanha de captação de recursos via renúncia fiscal precisa ser muito bem pensada não gerar frustração. Acredita que o Edital de Chancela é uma boa estratégia. Entretanto, todas essas estratégias de captação devem ser acompanhadas da qualificação da execução do FNCA, pois não há como demandar do Governo Federal mais aporte se anualmente a execução do FNCA fica abaixo dos 80%.

Encaminhamentos:

- realizar uma reunião extraordinária da COF no dia 10/03;
- mensalmente uma área técnica da SNPDCA deverá apresentar à COF um panorama atualizado da temática que coordena: avanços – desafios – propostas – histórico – resultados esperados;
- destinar os recursos da PUP na campanha carnaval/copa;
- fazer diálogo com estados para identificar demandas necessárias à construção do plano decenal (sob responsabilidade da COF)
- verificar com a coordenação-geral de cooperação internacional a possibilidade de contratação de consultores;
- produzir nota pública reafirmando posicionamento contrário a redução da idade penal;
- solicitar audiência com presidente Dilma Rousseff e Gleisi Hoffman para tratar sobre redução da idade penal;
- cada comissão deverá encaminhar em até 15 dias o nome dos representantes que comporão o GT de análise de projetos;
- encaminhar resolução de criação do GT para publicação;
- representantes da COF para o GT Edital 2014: Edmundo, Fabio Paes e Fabio Feitosa.

b) Comissão de Mobilização e Formação (CMF):

Em relação à Resolução 163/2010: elaborar uma nota com exposição de motivos que explicita competências legais do Conanda (sob-responsabilidade do Instituto Alana e MP/SP).

Apresentação do consultor Elizio - em breve ele enviará um questionário sobre expectativas e demandas para o Plano de Comunicação

Pensar estrutura para a campanha de enfrentamento às iniciativas de redução da maioria penal.

Necessidade do Conanda se posicionar sobre os “rolezinhos”: elaboração de uma nota pública

Encaminhamentos:

- Em relação à resolução comunicação x criança e adolescente: elaboração de uma nota com exposição de motivos que explicita competências legais do Conanda (Alana e MP/SP);
- Em relação à campanha: CMF trabalhará melhor forma de viabilizá-la (ver convênio da Radio Margarida)
- Em relação à nota pública sobre rolezinhos: a conselheira Alessandra encaminhará minuta até 20/02 para Secretaria executiva que providenciará o envio para conhecimento e contribuição dos conselheiros. Retorno dos conselheiros até 25/02. Divulgação até dia 27/02.

c) Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar (CDH/AP):

Comissão focou o debate na metodologia e no volume de trabalho da Comissão, na reflexão sobre competência e papel da comissão, na necessidade de haver uma assessoria parlamentar; sobre esta última questão, a conselheira Heloisa da Fundação Abrinq se dispôs a agregar quantos aos informes do Parlamento. O assessor parlamentar da SNPDC, Helio Veneroso, também poderá contribuir com essa pauta.

Outro ponto debatido refere-se ao processo de escolha unificado de conselheiros tutelares. Bel relata a reunião realizada entre SDH e TSE e custo do processo unificado do processo de escolha.

Encaminhamento:

- Encaminhar planilha com todos os Projetos de Lei que estão tramitando sobre Criança e Adolescente, com informações de posicionamento e situação de tramitação;

d) Comissão de Políticas Públicas (CPP):

A Comissão apresentou um balanço das ações desenvolvidas em 2013, com destaque para a aprovação dos Planos Nacionais e de 6 resoluções publicadas; o desenvolvimento da Agenda Permanente do Socioeducativo nos Estados, com destaque para PE, que teve um acompanhamento mais constante; o cadastro dos fundos de direitos da criança e do adolescente; a articulação com o Conjuve e a participação na Agenda de Convergência.

Foi apontada a necessidade de articular com o Conselho Nacional de Juventude (CNJ) acerca da recomendação nº 13 do CNJ que trata de participação de criança e adolescente nos eventos como gôndola, porta-bandeira, etc, para solicitar a retirada do Art. 3º. Sobre esse ponto Bel informa que já fez articulação com CNJ e que o Conanda inclusive já se manifestou por meio da Nota Técnica assinada conjunta com a SNPDC. O MPT está com uma agenda com o CNMP que deve ser acompanhada pela conselheira Tânia Dornellas.

Em relação à revisão da Resolução nº 74: foi feita consulta pública, revisão das contribuições e em março será pauta única da CPP;

Já quanto às prioridades para a CPP em 2014, foram apontados, pelo Plenário, temas como a - Primeira Infância, o Sinase, a Resolução 74; o debate sobre o envolvimento de crianças e adolescentes com crack, álcool e outras drogas; a atualização do plano nacional de

convivência família e comunitária. A coordenadora da Comissão informa que a mesma ainda não definiu as prioridades.

Encaminhamentos:

- Adotar instrumental utilizado na visita ao sistema socioeducativo de Pernambuco como padrão;
- Agendar reunião com Ministério da Saúde para tratar dos óbitos e da medicalização dentro das unidades socioeducativas;
- Elaborar proposta de monitoramento do Plano Decenal do Sinase;
- Garantir, na assembleia de março, um dia a mais de trabalho para as comissões.

ITEM 8: SINASE

Apresentação da proposta metodológica da Escola Nacional de Socioeducação, pela Coordenação-Geral do SINASE/SNPDCA/SDH/PR.

Encaminhamentos:

- Aprovação da destinação de cerca de R\$ 5.000.000 (pegar valor exato na apresentação do SINASE) para a ENS – aprovada por unanimidade (21 conselheiros presentes);
- Portaria sobre Núcleo de Gestão: será encaminhada para apreciação dos conselheiros;
- Definição dos representantes que integrarão o Núcleo gestor da Escola de Conselhos: prazo de 15 dias;
- Parâmetros de Segurança: enviar o documento aos conselheiros para debate em março;
- Encaminhamentos da descentralizada de TO: é necessário retomar os andamentos.
- Realização de uma oficina de trabalho com todos os CEDCAs em 11 de abril.

Apresentação da proposta de realização de uma conferência livre no âmbito da Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil para assegurar que a pauta criança e adolescente seja incluída como prioridade – Protocolo Nacional Conjunto para a Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência – proposta é realizar a conferência livre em conjunto com o Conselho Nacional da Pessoa Idosa (CNDI) e com o Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência (CONADE) no dia 14/03 (colado na nossa assembleia)

ITEM 9: INFORMES E ENCAMINHAMENTOS FINAIS

- Realizar visita a Coari: Conanda (Miriam e Kesia) em parceria com a CPI Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (deputada Erica Kokai)
- Realizar a assembleia descentralizada em Alagoas no mês de maio (conselheiro Djalma será ponto focal);
- Apresentar em março proposta de programação da assembleia descentralizada;
- Realizar em 14/03 a Conferência Livre Proteção e Defesa Civil (verificar como ficará a questão dos delegados para a etapa nacional);
- Em relação à aprovação das atas: encaminhar as atas referentes ao ano de 2013. Prazo de 10 dias para análise e considerações. Não tendo considerações, serão aprovadas na próxima assembleia.